



UFOP

**Universidade Federal de Ouro Preto
Centro de Educação Aberta e a Distância
Curso de Especialização em Práticas Pedagógicas**



Débora Barbosa Alves

**OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTOS SOB A
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE**

**Sabará/MG
2025**

Débora Barbosa Alves
deborab.alves@hotmail.com

OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTOS SOB A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Práticas Pedagógicas
do Centro de Educação a Distância da
Universidade Federal de Ouro Preto como
requisito para a obtenção do título de Especialista.

Professora Orientadora: Dra. Ana Carolina Machado Ferrari

**Sabará/MG
2025**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A474o Alves, Debora Barbosa.

Os processos de alfabetização e letramentos sob a perspectiva da formação humana. [manuscrito] / Debora Barbosa Alves. - 2025.
18 f.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Machado Ferrari.
Produção Científica (Especialização). Universidade Federal de Ouro Preto. Centro de Educação Aberta e a Distância.

1. Letramento. 2. Alfabetização. 3. Educação - Formação Humana. I. Ferrari, Ana Carolina Machado. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 378

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
CENTRO DE EDUCACAO ABERTA E A DISTANCIA - CEAD



FOLHA DE APROVAÇÃO

Débora Barbosa Alves

"OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO SOB A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA"

Monografia apresentada ao curso de Práticas Pedagógicas da Universidade federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Práticas Pedagógicas.

Aprovada em 04 de Agosto de 2025.

Membros da banca

Profa .Dra. Ana Carolina Machado Ferrari-orientador-Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Me. Pedro de Oliveira Ribeiro Penna-Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Me. Lucas Emanuel Silva Araújo-Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Solano de Souza Braga, Coordenador do Curso, aprovou a versão final e autorizou se depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Cursos da UFOP em 12/09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Solano de Souza Braga, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/09/2025, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0976915** e o código CRC **96E1016C**.

RESUMO

O presente texto busca refletir sobre a importância dos processos de alfabetização e letramentos para a formação humana de indivíduos críticos que participem ativamente da sociedade, levando-os à apropriação dos conteúdos e valores criados pela cultura, para que todos se tornem criativos e criadores de suas histórias e da história coletiva. Assim, pensar a escola e as relações que ali perpassam torna-se imprescindível na busca para se alcançar estratégias de trabalho pedagógicas eficientes que ofereçam aos aprendizes situações que permitam utilizar a linguagem em contextos sociais para a superação das diferenças, almejando uma sociedade menos opressora e mais humana e igualitária. Esse artigo está fundamentado em estudos teóricos de Muniz (2012), Gomes (2012), Morais (2012), Freire (1999), Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (1998), Arendt (1992), entre outros. Conclui-se que é importante desenvolver o processo de alfabetização contextualizado à formação humana de indivíduos reflexivos e com autonomia, visto a fundamental importância para o desenvolvimento cognitivo e crítico ligado ao aprendizado da leitura e da escrita, bem com a possibilidade de participação ativa nos processos emancipatórios através do uso crítico e eficaz desses processos.

Palavras-Chave: Letramento. Educação. Formação Humana

ABSTRACT

This text seeks to reflect on the importance of literacy and literacies processes for the human formation of critical individuals who actively participate in society, leading them to appropriate the contents and values created by culture, so that everyone becomes creative and creators of their stories and collective history. Thus, thinking about the school and the relationships that permeate it becomes indispensable in the search to reach efficient pedagogical work strategies that offer learners situations that allow the use of language in social contexts to overcome differences, aiming for a less oppressive society, more humane and egalitarian. This article is based on theoretical studies by Muniz (2012), Gomes (2012), Morais (2012), Freire (1999), Ferreiro and Teberosky (1999), Soares (1998), Arendt (1992), and others. It's concluded that it is important to develop the literacy process contextualized to the human formation of reflective and autonomous individuals, given the fundamental importance for cognitive and critical development linked to learning to read and write, as well as the possibility of active participation in the processes. Through the critical and effective use of these processes.

Key words: Literacy, Education, Human Formation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTOS	10
A ALFABETIZAÇÃO E OS LETRAMENTOS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HUMANA	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23

INTRODUÇÃO

A escolha deste tema surgiu da necessidade em se discutir os processos de alfabetização e letramentos contextualizados à formação humana, considerando a pertinência em promover valores éticos e morais dos estudantes em processo de aquisição do ler e escrever, com intuito de desenvolver, através das práticas sociais de leitura e escrita, o reconhecimento de deveres e direitos na sociedade em que estão inseridos.

Alfabetizar e letrar são ações distintas e complementares (SOARES, 2006), visto que o processo de alfabetização é a ação de aprender a ler e escrever que deve ocorrer no contexto das práticas sociais, propiciando ao sujeito conhecer e fazer uso das funções da escrita. Um indivíduo alfabetizado é um indivíduo que sabe ler e escrever; um indivíduo letrado é um indivíduo que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer de leitura e de escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes contextos e circunstâncias. Nas décadas de 60 e 70, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky apontam mudanças significativas relacionadas à aquisição e construção do conhecimento da língua escrita, a psicogênese da língua escrita.

Até a década de 70, a alfabetização era considerada uma “técnica” para decodificar as palavras, sem relação nenhuma com a vida real dos aprendizes. Já o letramento é uma palavra recém-introduzida na linguagem da educação e das ciências linguísticas. Seu surgimento no Brasil se deu no início da década de 80 devido à necessidade de configurar e nomear procedimentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassam o campo do sistema alfabético e ortográfico.

Desde antes de aprender a ler e escrever, o aprendiz possui uma antecipação de seu letramento e alfabetização, caso esteja inserido em um contexto social onde a leitura e a escrita façam parte do seu convívio. Para tanto, mesmo um indivíduo que não frequente um ambiente escolar, se este conviver com práticas de leitura cotidianamente, perceberá que os códigos têm algum significado na forma escrita e tão logo relacionará a escrita ao objeto. Desta forma, percebe-se que o aprendiz ainda não é alfabetizado, mas é letrado, pois já se inseriu em práticas sociais de leitura mesmo ainda não sendo alfabetizado.

Em consonância com Soares (1998), nota-se que a aprendizagem da leitura e da escrita é um instrumento que permitirá ao indivíduo ter acesso à informação e criar novos conhecimentos. A mesma ideia é defendida por Brasil (1998): um ambiente é alfabetizador quando promove um conjunto de situações de usos reais de leitura e escrita das quais os aprendizes têm oportunidade de participar. Nesse sentido, é importante que o professor, tenha consciência de que o acesso ao mundo da escrita é em grande parte responsabilidade da escola e conceba a alfabetização e o letramento como fenômenos complexos que possibilitam o acesso às múltiplas possibilidades de uso da leitura e da escrita na sociedade.

Os estudos voltados à alfabetização e aos letramentos são significativos, visto que tais processos além de favorecerem o desenvolvimento da autonomia discente, também possibilitam a constituição de sujeitos sociais capazes de interagir criticamente com a realidade que os cerca. Ao alfabetizar letrando, compreende-se que a aprendizagem extrapola o domínio do código escrito, integrando-se às múltiplas formas de interação social que se configuram no contexto escolar e se ampliam diante das transformações impostas pelo mundo contemporâneo. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de um embasamento teórico que subsidie práticas pedagógicas humanizadoras e oriente uma alfabetização condizente com as demandas educacionais e sociais da atualidade.

Assim, este estudo busca promover uma reflexão acerca da formação humana, ressaltando o papel da alfabetização e dos letramentos como processos que, mediados pelo trabalho pedagógico, possibilitam ao estudante ampliar suas formas de acesso e participação nos conhecimentos socialmente produzidos. Inserir o aprendiz no universo da cultura escrita significa oferecer condições para que ele compreenda, utilize e ressignifique práticas sociais de leitura e escrita, reconhecendo a centralidade que essas práticas assumem em uma sociedade letrada. Tal processo pode favorecer a construção de novos saberes vinculados à vida social e contribuir para uma participação mais crítica nas dinâmicas que perpassam os âmbitos político, econômico e cultural.

Dessa forma, torna-se imprescindível analisar diferentes perspectivas que servem para embasar a ação pedagógica, pois uma escolarização bem fundamentada, que possui um currículo pautado no desenvolvimento integral de indivíduos críticos e reflexivos, pode contribuir com o processo de emancipação da sociedade brasileira.

Portanto, é necessário observar as diferentes perspectivas que guiam a ação pedagógica, destacando a necessidade de uma escolarização fundamentada em objetivos que apontem a formação humana dos aprendizes das escolas brasileiras.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de cunho teórico-bibliográfico, fundamentada em autores de referência nas áreas da alfabetização e da formação humana. A pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2001), volta-se para a compreensão da realidade social em sua complexidade, privilegiando a análise de significados, valores e práticas, em vez da mensuração de dados numéricos. Tal perspectiva metodológica busca interpretar os fenômenos a partir das relações que os constituem, o que possibilita uma leitura mais profunda dos processos educativos. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo promover uma reflexão crítica sobre os processos de alfabetização e letramentos, sob uma perspectiva emancipadora e humanizadora. A discussão apoia-se em fundamentos teóricos que evidenciam a importância de práticas educativas comprometidas com a autonomia e a dignidade dos sujeitos, sendo embasada em autores como Freire (1999), Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (1998), Morais (2012), Muniz (2012), Gomes (2012), Arendt (1992), entre outros, cujas contribuições enriquecem o debate sobre uma educação voltada à formação integral e crítica dos indivíduos.

OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTOS

A perspectiva psicogenética denominada construtivismo em que trata sobre aprendizagem da língua escrita, o processo de alfabetização, mudou a forma de concepção do entendimento sobre o sistema de escrita alfabético, sugerindo condições mais adequadas de aprendizagem da leitura e da escrita. Essas novas descobertas permitiram à área da educação identificar e explicar o processo pela qual o aprendiz constrói o conceito de língua escrita e sua relação com os sons da fala por meio dos sinais gráficos, destacando a relevância de uma interação diversificada do sistema de escrita alfabético com práticas e materiais significativos de leitura e escrita.

Dessa forma desenvolver essas habilidades é fazer uso social competente da

escrita, definido como o processo de letramento, que será utilizado no plural visto seus múltiplos aspectos e seus diversos impactos nas transformações sociais em relação aos conhecimentos da leitura e da escrita, bem como sua relevância na relação entre escola e práticas sociais de leitura e escrita, ou seja, coexistem múltiplos letramentos.

Os processos de alfabetização e letramentos são indissociáveis visto que o indivíduo ao ser alfabetizado, constrói conhecimento sobre o sistema de escrita alfabético em contexto de letramentos, a partir da interação significativa e real com material escrito, participando de práticas sociais de leitura e escrita, desenvolvendo habilidades para o uso competente do ler e do escrever no âmbito social.

Portanto, no Brasil, desde a década de 80, as contribuições de Emília Ferreiro e Ana Teberosky têm ocupado lugar central nas discussões sobre alfabetização. As autoras apresentam uma reflexão sobre o ensino da língua escrita que possibilita compreender como as crianças elaboram hipóteses acerca do processo de construção da escrita.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), a escrita é uma forma de representar aquilo que é significativo através de um sistema de regras próprias. Para que a criança aprenda a ler, ela precisa conhecer o sistema de regras da escrita de forma gradual, pois a aquisição desse conhecimento necessita reflexão a respeito das características da escrita.

Nascida na Argentina em 1936, Emília Ferreiro tornou-se Doutora na universidade de Genebra, orientada por Jean Piaget. Ferreiro estudou a escrita, um campo ainda não explorado pelo seu orientador. Em 1974, a autora desenvolveu diversos experimentos com criança e seus estudos foram apresentados em seu livro intitulado *Psicogênese da Língua Escrita*, elaborado em parceria com a psicolinguista argentina Ana Teberosky e publicado em 1979. Sendo referência para o ensino brasileiro, as pesquisas de Emília Ferreiro são relativas aos mecanismos cognitivos referentes à leitura e à escrita.

A *Psicogênese da Língua Escrita*, estudo desenvolvido por Emilia Ferreiro e por Ana Teberosky, trouxe novos elementos para esclarecer o processo de alfabetização. As autoras mostraram que a aquisição das habilidades de leitura e escrita dependem muito menos dos métodos utilizados do que da relação da criança com a cultura escrita.

Emília Ferreiro (1989) esclarece que nenhuma discussão sobre a prática de alfabetização levou em conta as concepções das crianças sobre o sistema de escrita. A autora afirma que há necessidade de se discutir sobre novas bases de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, compreender que a criança não é uma tábua rasa onde se inscrevem as letras e as palavras segundo determinado método; se aceitarmos que o fácil e o difícil não podem ser definidos a partir da perspectiva de um adulto, mas de quem aprende; se aceitarmos que qualquer informação deve ser assimilada (e, portanto transformada) para ser operante; então, deveríamos aceitar que os métodos (como consequência de passos ordenados para chegar a um fim) não oferecem mais do que sugestões, incitações, quando não práticas rituais ou conjunto de proibições. Assim, os métodos tradicionais, concebidos como sequências rígidas de etapas, não garantem, por si só, a construção do conhecimento, podendo funcionar mais como sugestões ou referências do que como caminhos únicos. Ferreiro (1989) comenta que a nossa compreensão dos problemas tal como as crianças os colocam, e da sequência de soluções que elas consideram aceitáveis (e que dão origem a novos problemas), é, sem dúvida, essencial para poder ao menos imaginar um tipo de intervenção adequada à natureza do processo real de aprendizagem e que reduzir tal intervenção ao que denominou-se método utilizado é limitar demais nossa indagação.

Indagar através de que tipo de práticas a criança é introduzida no estudo da língua escrita e como se apresenta este objeto no contexto escolar é de grande utilidade para essa discussão e a perspectiva da formação humana traz contribuições relevantes que serão discutidas na próxima seção desse texto. Ferreiro (1989), informa que existem práticas que podem levar o aprendiz a acreditar que o conhecimento é algo que os outros possuem, sem nunca ser participante na construção desse conhecimento. Nessas práticas, o que existe para se conhecer já foi estabelecido, como um conjunto fechado, sagrado, imutável e não modificável, que levam a que o sujeito fique de fora do conhecimento, como espectador passivo ou receptor mecânico, sem encontrar respostas para os porquês e para os para quês. Um exemplo recorrente dessas práticas é o ensino centrado na cópia de letras, sílabas ou palavras isoladas, sem relação com o contexto de uso e sem espaço para que a criança formule hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita, limitando-se apenas a reproduzir modelos previamente definidos.

Para Ferreiro (1989), um novo método não vai resolver os problemas. É preciso

reanalisar as práticas de introdução da língua escrita, percebendo os pressupostos subjacentes a elas e até que ponto são filtros de transformação seletiva e deformante de qualquer proposta inovadora.

Em consonância com essa perspectiva, Morais (2012) ressalta a necessidade de encontrar a melhor forma de alfabetizar. Segundo o autor, de fato, não há uma resposta única. Não só em relação a alfabetização, mas a todas as áreas do currículo escolar. Morais (2012) relata que não é intenção prescrever uma metodologia miraculosa de alfabetizar, mas certos princípios de ordem filosófica são importantes. Para Morais (2012), que defende o sistema de escrita alfabética, é necessário que a escola almeje:

- a) formar pessoas não conformistas, críticas, que lutam por seus direitos;
- b) formar pessoas que não só repetem, mecânica ou ordeiramente, o que lhes é transmitido, mas que criam ou recriam conhecimentos e formas de expressão;
- c) formar pessoas que se regem por princípios éticos de justiça social, de redução das desigualdades socioeconômicas, de respeito à diversidade entre os indivíduos, grupos sociais e povos;
- d) formar pessoas respeitando suas singularidades, seus ritmos de aprendizagem, levando em conta em quê, especificamente, necessitam ser ajudadas, para que possam avançar em suas aprendizagens. (MORAIS, 2012, p.114)

Complementando essa análise, Chartier (2007), pesquisada por Morais (2012) acredita na necessidade em compreender o trabalho do professor sob a ótica construtivista:

Tais saberes são fundamentais, porque lhes permitem, na sala de aula, tomar boas decisões sobre como usar o tempo, sobre como organizar as crianças para fazer determinadas atividades (trabalho coletivo, em grupos, em duplas, individual), sobre como avaliar os desempenhos dos alunos etc. Noutras palavras, não basta ter conhecimentos de tipo psicolinguístico construtivista (isto é, conceber a escrita alfabética como um sistema notacional, compreender as etapas do processo de apropriação do SEA e conhecer um rol de atividades que podem ser ajustadas a alunos com diferentes hipóteses de escrita) para ser bom alfabetizador (CHARTIER, 2007, apud Morais, 2012, p.115).

Nessas condições, nomeia-se “didáticos” esses conhecimentos que são relevantes, mas ressalta que não bastam o professor realizar bem a tarefa de alfabetizar. Conforme Morais (2012), não se trata apenas de se começar um ensino sistemático de grafema-fonema¹ aos 5 anos de idade, mas sim de dar a oportunidade à criança de ir adiante no que se diz respeito ao conceitual e convencional da escrita, com isso dando permissão para os alunos avançarem nas teorias de letramento.

Para facilitar a compreensão dos conceitos de alfabetização e letramento, Brandão, Rosa (2010) e demais colaboradores do CEEL-UFPE (Centro de Estudos em Educação e Linguagem da Universidade Federal de Pernambuco) produziram a obra “Ler e escrever na educação infantil” e discutem práticas pedagógicas na Educação Infantil. Essas autoras condenam a ideia de um ambiente escolar apenas voltado para a ludicidade e destacam a importância de prepará-los também com atividades orais e escritas. No mesmo enfoque afirma Morais (2012):

nossa proposta dá às crianças das camadas populares direitos (semelhantes aos que desfrutam as crianças de grupos socioculturais mais privilegiados) de conviver com a escrita, de refletir sobre a notação e, portanto, de começar a aprender o que a escrita nota e como a escrita cria notações (MORAIS, 2012, p.117).

De fato por trás deste discurso, a conjugação de práticas de leitura e produção de textos com aquelas que, explicitamente, ensinam o sistema de escrita alfabética precisam ser mantido durante todo o ciclo de alfabetização no ensino fundamental.

A este respeito, o aprendizado da escrita alfabética se diferencia do letramento; enquanto o letramento se mantém ao longo da vida, a escrita alfabética ocorre no início do processo de ensino e precisa ser consolidada de forma consistente ao final do ciclo inicial de alfabetização. Trata-se de uma situação digna de atenção, que muitas vezes não recebe a relevância adequada no contexto escolar.

Diante do exposto relacionado aos processos de alfabetização e letramentos,

¹O grafema-fonema refere-se à correspondência entre grafemas (as letras ou conjuntos de letras que representam sons na escrita) e fonemas (os sons da fala). O ensino sistemático dessa relação permite que a criança compreenda como a escrita representa a língua oral.

introduzo a perspectiva humanizadora como a ótica que poderá trazer benefícios para a superação dos desafios encontrados na educação em formar leitores que fazem uso social do ler e do escrever e ainda proporcionar aos alunos a construção de habilidades para o exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita a partir da promoção de mudanças necessárias, que imbrica a dignidade humana, conforme destacado por Freire (1996, p.45), ao defender que a prática educativa deve possibilitar ao educando o reconhecimento de si mesmo como sujeito capaz de intervir no mundo por meio da leitura e da escrita crítica.

A ALFABETIZAÇÃO E OS LETRAMENTOS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HUMANA

A educação abrange o ato de aprender e desenvolver habilidades para suprir necessidade enquanto seres humanos, constituindo a razão e disseminando maneiras de agir, fato que diferencia os animais dos humanos e os prepara para viver de acordo com regras e normas sociais, ou seja, a formação dos indivíduos por meio da educação, ocasionando assim, uma transformação. Segundo Paulo Freire (1999):

Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio. No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age. Faz tudo isso com a certeza de quem usa uma ferramenta, com a consciência de quem está diante de algo que o desafia. Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. (FREIRE, 1999, p. 39-40)

Ressalto a importância dos professores nesse processo que embora se inicia no âmbito familiar sua continuidade se dá na escola, lócus da educação formal que perpetua os valores sociais.

Segundo Arruda (2019):

Essa edificação de saberes ocorre mediante a aquisição de habilidades e relações com o outro, que começa na educação infantil e continua nas séries seguintes através do processo de alfabetização, que permite ao estudante acessar o mundo letrado e lhe proporciona condições de autonomia na busca pelo conhecimento. (ARRUDA et al, 2019, p. 602)

Assim, as práticas pedagógicas ministrada nas escolas, principalmente nas escolas públicas do Brasil, deveriam oportunizar aos aprendizes o desenvolvimento das habilidades linguísticas que promovam a emancipação das camadas populares a partir da superação do fracasso escolar que se inicia nas primeiras etapas da alfabetização, visto que a escola, como afirma Muniz (2012, p.25) “é o lugar determinado do sistema social onde se reconstitui o movimento de produção do conhecimento, mas sempre como um efeito das relações de classe”.

O processo de alfabetização vai além da mera transcrição de códigos escritos, conforme elucidado na seção anterior. A alfabetização proporciona aos indivíduos o acesso ao conhecimento e possibilita a inserção e a visibilidade das camadas populares nos âmbitos sociais. Segundo Gomes (2012):

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. questiona os nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. (GOMES, 2012, p. 99)

Possibilitar o acesso do uso social e efetivo da leitura e da escrita amplia as chances de superação “de problemas de repetência e evasão escolar, já que muitos dos alunos que passam por essas duas situações da educação foram de certa maneira excluídos do processo de alfabetização e letramento.” (ARRUDA et al, 2019, p. 604)

Mortatti (2000), ao discutir os sentidos da alfabetização, aponta que após a Proclamação da República, no final do século XIX, a educação ganhou papel de destaque devido ao interesse em preparar as novas gerações para atender aos ideais do Estado republicano. A universalização da escola foi apresentada como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, embora, na prática, estivesse fortemente

vinculada às demandas do capitalismo emergente e à necessidade de disciplinar e formar a mão de obra para o novo modelo de sociedade. Assim, mais do que garantir inclusão, esse movimento reforçava as desigualdades sociais, pois a escola servia também como mecanismo de exclusão das camadas populares.

No âmbito desses ideais republicanos, saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social. A leitura e a escrita — que até então eram práticas culturais cuja aprendizagem se encontrava restrita a poucos e ocorria por meio de transmissão assistemática de seus rudimentos no âmbito privado do lar, ou de maneira menos informal, mas ainda precária, nas poucas “escolas” do Império (“aulas régias”) — tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga e gratuita e objeto de ensino e aprendizagem escolarizados (MORTATTI, 2006, p. 2).

Dessa forma, as práticas de leitura e escrita passaram a demandar a preparação de profissionais especializados, visto a necessidade de um ensino sistemático de leitura e escrita.

Após mais de um século de implementação do modelo Republicano de escola, a questão dos métodos de alfabetização passou a ser considerada “tradicional” após a compreensão do processo de aprendizagem da criança alfabetizanda. No Brasil, o método sintético, o método analítico e o método misto² foram os métodos de alfabetização mais usados.

De acordo com Cagliari (1998), esses métodos são de natureza tradicional pois:

alunos que são submetidos a um processo de alfabetização, seguindo o método das cartilhas (com livros ou não), são alunos que são expostos exclusivamente ao processo de ensino. O método ensina tudo, passo a passo, numa ordem hierarquicamente estabelecida, do mais fácil para o mais difícil. O aluno, seja ele quem for, parte de um ponto inicial zero, igual para todos, e vai progredindo, através dos elementos já dominados, de maneira lógica e ordenada. A todo instante, são feitos testes de avaliação (ditados, exercícios estruturais, leitura perante a classe), para que o professor avalie se o aluno “acompanha” ou se ficou para trás. Neste último caso, tudo é repetido de novo, para ver se o aluno, desta vez, aprende. Se ainda assim não aprender, repete-se mais uma vez, remanejando-se os alunos atrasados para uma classe especial, para não atrapalharem os que progrediram, até que o aluno, à força de

² O método sintético parte das unidades menores (letras e sílabas) para chegar às palavras e textos; o método analítico inicia pelo todo (palavras ou frases) e, a partir dele, analisa-se as partes (sílabas e letras); já o método misto combina aspectos dos dois anteriores, articulando análise e síntese no processo de alfabetização.

ficar reprovado, desista de estudar, julgando-se incapaz. E a escola lamenta a chance que a criança teve e que não soube aproveitar. (CAGLIARI, 1998, p. 65)

O ato de alfabetizar, ao utilizar tais métodos, consiste na aquisição da língua escrita como transcrição de sinais sonoros. Dessa forma, utilizar o método sintético, o método analítico e o método misto torna-se uma decodificação da escrita e da leitura de maneira mecânica e sem nenhuma contextualização com a realidade do aprendiz. Alfabetizar vai além dos métodos. Neste cenário, Magda Soares deixa marcas profundas na educação brasileira.

Nascida em 7 de setembro de 1932, em Belo Horizonte, Magda Becker Soares é graduada em Letras, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuou como professora em escolas primárias e secundárias de Belo Horizonte/MG até ingressar como docente na graduação em Letras e Pedagogia da UFMG. Doutora em Educação e fundadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE). Devido a suas importantes contribuições para a alfabetização e para o ensino da língua portuguesa, Magda Soares elaborou obras acadêmico-científicas que são fundamentais para a formação de professores e pesquisadores brasileiros, que utilizam seus estudos como importante ferramenta para o processo de alfabetização no Brasil.

Concordo com Magda Soares (2006), ao destacar a necessidade de ressignificar a alfabetização, reconhecê-la como processo sistemático de ensino e não apenas como aprendizagem da escrita alfabética. Com a predominância do discurso sobre a alfabetização e o letramento no cenário da educação brasileira, muitos estudiosos, como Tfouni (1995), Kleiman (1995) e Ferreiro e Teberosky (1985), passaram a destacar que o sistema de notação alfabética constitui em si um domínio cognitivo, um objeto de conhecimento com propriedades que a criança precisa reconstruir mentalmente, com o intuito de utilizar com autonomia o conhecimento de relações letra-som, que a permitirá se letrar cada vez mais.

A educação assim vista como meio pela qual transmitimos conhecimentos e cultura às futuras gerações pode alavancar capacidades humanas relacionadas aos aspectos do ser. Dessa forma, a escola tem que oportunizar condições relacionadas a associação entre teoria e prática desenvolvendo conceitos e saberes cotidianos.

O universo escolar é constituído de pluralidades e singularidades, e estabelece condições para a formação humana. Os agentes escolares precisam embasar seu trabalho em fins sociais, potencializando discussões que englobem a superação de dicotomias presentes na nossa sociedade que condicionam a ação das camadas menos favorecidas. É necessário ter em mente qual a concepção de cidadão a escola quer formar, pois a maneira como os educadores posicionam-se perante as situações conflituosas que surgem em âmbito escolar devem encaminhar a formação de nossos estudantes. Sob essa perspectiva, orientá-los pelo caminho do conhecimento e pelo caminho da vida também é função educadora. Em consonância com Arendt (1992) “face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: – Isso é o nosso mundo” (ARENDR, 1992, p.239). Nessa direção, Arruda et al. (2019) aprofundam essa discussão ao analisar os desafios enfrentados pela escola contemporânea.

A escola é a instituição que mais se manteve inalterada com o passar dos anos e avanços tecnológicos, sendo considerada pelo senso comum e muitas vezes por quem está inserido nesse processo como uma instituição ultrapassada; porém é também a mais cobrada no sentido de oportunizar suporte e condições de evolução dos seres. Há dificuldades históricas no Brasil em relação aos procedimentos de alfabetização que permanecem muitas vezes enraizados nos conceitos e didáticas obsoletos, o que torna o processo desconectado do contexto social e de práticas inovadoras, comprometendo a credibilidade da escola, fazendo-se necessária uma alteração na maneira com que adentram, mas, principalmente a continuidade dos estudantes no meio escolar e as oportunidades que darão suporte frente às necessidades cotidianas. Esse novo ser que chega à escola precisa ser tratado de tal maneira que possa se desenvolver e conhecer o mundo que o cerca, e não somente como reprodutor de antigas práticas e modelos. (ARRUDA et al, 2019 p. 608)

O processo de alfabetização, dessa forma, precisa ser pensado sob a perspectiva emancipatória e política, que desenvolva em seus estudantes a capacidade de enfrentamento das lutas sociais que promovam a igualdade.

Além disso, Paulo Freire (1999), ao abordar o processo de alfabetização, destaca a necessidade de uma proposta formativa que alcance a dignidade humana e que valorize os conhecimentos do educando para que assim possa ampliar os saberes científicos oferecidos pela escola. Um dos mais renomados teóricos da educação, Paulo Freire (1999) elucidou o processo de alfabetização no contexto humanizador:

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito. (FREIRE, 1999, p. 104)

A relação pedagógica entre educadores e educandos é a coerência postulada por Freire (1999). “Essa postura de respeito reflete um movimento democrático e libertador, que não liberta de cima para baixo, mas busca romper com as estruturas autoritárias que estão incrustadas na educação, consciente e/ou inconscientemente.” (SOUZA, 2017, p. 264). É necessário oferecer humanidade ao oprimido através do contato do aprendiz com práticas alfabetizadoras que possibilitam a realização de ler o mundo e a palavra. Aprender a ler e a escrever são atos educacionais e a educação é ato político que necessita de posicionamento crítico por parte dos agentes educadores. Educação é assim, a confluência humanizadora e libertadora das relações sociais de opressão tão presentes na sociedade brasileira. (FREIRE, 1999)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs uma reflexão sobre os processos de alfabetização e letramentos no contexto de uma formação humanizadora, emancipadora, crítica e reflexiva.

O resultado dessa discussão aponta que é importante que as escolas brasileiras ofereçam uma educação conscientizadora e que seus currículos estejam pautados em ações que predisponha aos seus estudantes fazerem uso competente da leitura e da escrita na sociedade.

Conclui-se que o indicador dos processos de alfabetização e letramentos acontece a partir de práticas pedagógicas que podem contribuir para obtenção de melhores resultados para a educação promover o processo de “alfabetizar letrando”, considerando os saberes instituídos socialmente.

Através dos teóricos abordados neste trabalho como Muniz (2012), Gomes (2012), Moraes (2012), Freire (1999), Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (1998), Arendt (1992), ficou evidenciado que é necessário construir e construir-se na leitura e na escrita a partir da apreensão de valores humanos.

Buscar a formação humana do indivíduo através da ação educativa alavanca a “libertação do oprimido” e promove a superação das ideias de senso comum, reconhecendo as camadas populares como produtoras de história e de cultura, almejando assim a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, onde todos os indivíduos possam ser livres e respeitados.

Os processos de alfabetização e letramento no contexto de uma formação humana fazem parte de uma reflexão de extrema relevância, pois essa é uma atividade humana que dialoga com o conhecimento e potencializa a busca pela investigação e pela reflexão crítica da nossa ação profissional, com o intuito de possibilitar mudanças de paradigmas, construindo saberes que respeitam a individualidade e valorizam a dignidade dos indivíduos na sociedade. Sob essa perspectiva, para que o processo de alfabetização obtenha índices elevados de desempenho, faz-se necessário a ampliação dos saberes pedagógicos nas escolas, principalmente as escolas públicas brasileiras, preparando professores para exercerem sua função de maneira engajada, promovendo assim uma

educação igualitária em todos os níveis de desenvolvimento e objetivando a participação democrática nos processos de ensino-aprendizagem.

*“Peço licença para terminar
soletrando a canção de rebeldia
que existe nos fonemas da alegria:
canção de amor geral que eu vi crescer
nos olhos do homem que aprendeu a ler.”*

(Canção Para os Fonemas da Alegria, Thiago de Mello, Chile, 1964)

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro William Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ARRUDA, L. GROSCH, M. S., SANTOS, V. dos., DIEZ, C. L. F. A alfabetização no contexto de uma formação humana. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 24, p. 599-611, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v12i24.893> Acessado em junho de 2025.
- BRANDÃO, A. C. P. ROSA, E. C. de S. *Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil* / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAGLIARI, L.C. *Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu*. São Paulo: Scipione, 1998.
- CHARTIER, A. M. *Práticas de leitura e escrita: história e atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- FERREIRO, E. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo, Cortez Editora, 1989.
- FERREIRO, E. Teberosky, A. *A psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. A sociedade brasileira em transição. In: *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, Educação e Descolonização dos currículos. In. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012 ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: https://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20currículo.pdf Acessado em junho de 2025.
- KLEIMAN, Ângela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- MELLO, Thiago de. Canção para os fonemas da alegria In: *Faz Escuro Mas eu Canto — Porque a Manhã Vai Chegar*. Poesias, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1965.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, A. G. *Sistema de escrita alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MORTATTI, M. R. L. *Histórias dos métodos de alfabetização no Brasil*. Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006.

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. UNESP: Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000.

MUNIZ, Sodré. *Reinventando a Educação. Diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA, Odiliana Ribeiro de. O sentido da formação humana e as possibilidades pedagógicas do alfabetizador com crianças na educação fundamental a partir de um diálogo com Paulo Freire. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 4, n.7, p.254-280, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32634/18769> Acessado em junho de 2025.

TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.